

Prova Escrita Discursiva (15/03/2015)

Procurador do Município, 3ª Categoria (P3)

Direito Processual Civil e Direito Civil e Direito Empresarial



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo 6 (seis) questões discursivas, você deverá receber do fiscal de sala:

- 1 (um) caderno destinado à transcrição dos textos definitivos referentes às respostas das questões discursivas.



TEMPO

6 (seis) horas é o tempo disponível para a realização desta prova, já incluído o tempo para a transcrição dos textos definitivos.

- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar este caderno;
- **1 (uma) hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando este caderno.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Além das restrições constantes do edital do concurso, não será permitido:

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Para responder a cada questão discursiva, o candidato terá o máximo de 60 (sessenta) linhas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Use somente caneta esferográfica com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no caderno de textos definitivos.
- O preenchimento das respostas da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de caderno de textos definitivos em caso de erro de preenchimento.
- Para fins de avaliação, serão considerados apenas os textos transcritos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- **No caderno de textos definitivos, as folhas destinadas às respostas não podem ser identificadas pelo candidato sob o risco de ter sua prova anulada e de ser eliminado do concurso.**
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 01 (Valor: 40,00 pontos)

Citado regularmente o Município em uma ação de obrigação de fazer, visando à condenação do Ente Público réu ao fornecimento de medicamentos incluídos na lista oficial do Sistema Único de Saúde, indaga-se:

- a) o Procurador do Município poderia reconhecer a procedência do pedido? *Justifique, indicando os dispositivos aplicáveis.*
- b) quais seriam as consequências do não oferecimento de contestação no prazo legal? *Justifique, indicando os dispositivos aplicáveis.*

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	

53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 02 (Valor: 30,00 pontos)

Em dezembro de 2003, Lei Municipal entra em vigor, instituindo para os servidores vantagem pecuniária de caráter geral. Um determinado servidor do Município impetra Mandado de Segurança em janeiro de 2011, postulando a implantação imediata em contracheque da referida vantagem, bem como o pagamento das parcelas que se vencerem no curso da ação. O pedido é julgado procedente e a decisão transita em julgado em janeiro de 2013. Em janeiro de 2015, o servidor ingressa novamente em juízo, desta feita com ação de cobrança, postulando a condenação do Município ao pagamento das parcelas anteriores à impetração do *writ*.

Como o Município impugnaria o pedido de cobrança? Justifique, indicando os dispositivos aplicáveis.

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 03 (Valor: 30,00 pontos)

Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, imputando a Secretário Municipal a prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário (Art. 10, VIII, da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992), sem indicar, porém, para o polo passivo da mesma ação, a sociedade privada beneficiária da contratação administrativa tida por irregular e em vigor, analise, como Procurador Municipal incumbido da formulação da defesa, os aspectos a seguir.

- a) **O eventual vício da petição inicial, por inobservância pelo autor do litisconsórcio passivo necessário, e a possibilidade de provocação sucessiva de intervenção de terceiros.**
- b) **Considerando que o próprio Município tenha sido indicado como réu, na petição inicial, e que procedentes as afirmações da demanda, a posição processual que deve assumir a Fazenda Pública e a potencial condenação solidária do Ente, para fins de ressarcimento.**

(As respostas devem ser juridicamente fundamentadas, indicando os dispositivos pertinentes).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 03

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	

52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

DIREITO CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL

Questão 04 (Valor: 30,00 pontos)

Em um clube municipal, foi realizada uma confraternização de fim de ano de servidores municipais e seus familiares. No local havia uma piscina, que estava franqueada aos participantes da confraternização. Após as 18h, com o evento ainda transcorrendo, o guarda-vidas, por ter chegado o fim do seu horário de trabalho, fechou o portão da piscina, trancando-o com cadeado e colocando a placa indicativa de acesso vedado. Por volta das 18h30min, a esposa de um dos funcionários participantes da confraternização foi ao banheiro, deixando sozinho, por cerca de quinze minutos, seu filho de cinco anos. A criança invadiu a área da piscina, vindo a cair na água e morrer afogada.

Os pais da criança falecida ajuizaram ação contra o Município, buscando reparação por danos morais.

Que argumentos poderiam ser apresentados para a defesa do Município?

(A resposta deve ser juridicamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 04

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	

50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 05 (Valor: 30,00 pontos)

O Município aceitou, em 2012, uma doação de valiosa coleção de arte, com o encargo de mantê-la íntegra e permanentemente exposta, com expressa alusão ao nome do doador, no Museu de Arte local, em ala que seria especialmente construída para abrigar o acervo. Posteriormente, em 2014, sem que as obras no Museu tivessem terminado, foi editada uma lei municipal proibindo que o ente público recebesse doações com encargo, o que levou o prefeito a consultar a Procuradoria sobre a viabilidade jurídica de alienar a referida coleção.

Na qualidade de Procurador, alinhe os principais argumentos para responder à consulta.

(A resposta deve ser juridicamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 05

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	

54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 06 (Valor: 40,00 pontos)

A companhia aberta NOVOS RUMOS S/A tem seu capital dividido em ações ordinárias e ações preferenciais sem direito de voto, observando estritamente o previsto no Art. 15 da Lei nº 6.404/76. Seus acionistas controladores, Rivaldo, Renan, Elias e Daltro firmaram entre si um acordo de acionistas visando a regular os aumentos de capital e especificamente o direito de voto nas eleições para o Conselho de Administração da mencionada sociedade.

Neste acordo, devidamente registrado na sede da companhia, ficou estabelecido que Rivaldo seria eleito para integrar o Conselho de Administração contando com os votos dos demais acionistas que integram aquele acordo.

Todavia, na Assembleia Geral Ordinária, Renan se manifesta de forma oposta ao pactuado e vota no Sr. “K”, que nunca fora acionista da companhia, sendo esta uma das condições previstas no estatuto para o cargo de membro do Conselho de Administração.

Ademais, diante da ausência do acionista Elias no conclave, Renan aproveitou-se das ações pertencentes ao acionista Elias para votar em sentido oposto ao acordo. Tal fato resultou na eleição do Sr. “K” para o Conselho de Administração, sendo que o acionista Rivaldo não obteve os votos necessários para ser eleito para o referido Conselho.

Com base no acima exposto,

- a) **em face do voto divergente do acionista Renan, como deverá proceder, neste caso, o Presidente da Assembleia para computar o voto do sócio Renan?**
- b) **poderia o acionista Renan utilizar-se das ações de Elias, vez que esse acionista não compareceu à Assembleia Geral Ordinária, para votar com suas ações?**
- c) **poderia o Sr. “K” ser eleito membro do Conselho de Administração dessa companhia?**
- d) **poderiam os acionistas preferencialistas votar nesta assembleia, com vistas a eleger um representante para integrar o Conselho de Administração dessa companhia?**

(As respostas devem ser juridicamente fundamentadas).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 06

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	

10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	

42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	